MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

EXTRATO DA ATA DA 1224ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 9:22 HORAS.

Local: Plenário Manoel da Costa Nunes.

Presentes os eminentes Conselheiros Dr. Cleandro Alves de Moura, Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. Aristides Silva Pinheiro, Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Dr. Fernando Melo Ferro Gomes e Dr. Hosaias Matos de Oliveira, Conselheiro suplente convocado. Ausente, justificadamente, a Dr.ª Teresinha de Jesus Marques, Conselheira Suplente convocada. Ausentes, justificadamente, a Dr.ª Martha Celina de Oliveira Nunes e a Dra. Clotildes Costa Carvalho, por se encontrarem de férias. Presente o Dr. Glécio Paulino Setúbal da Cunha e Silva, presidente da Associação Piauiense do Ministério Público/APMP.

HAVENDO QUÓRUM E EM FACE DA AUSÊNCIA DO PRESIDENTE, O DECANO DECLAROU ABERTA A SESSÃO. ANTES DA APRECIÇÃO DA ATA, OS CONSELHEIROS PRESENTES DISPENSARAM A LEITURA, EM FACE DO RECEBIMENTO DE CÓPIA.

1) APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2016, ENCAMINHADA CÓPIA DO EXTRATO AOS CONSELHEIROS.

2) O PRESIDENTE DA SESSÃO DETERMINOU QUE A SECRETÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR PROCEDECE À LEITURA DA DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS POR ORDEM DE ANTIGUIDADE:

2.1 Processos distribuídos para o Conselheiro Aristides Silva Pinheiro.

2.1.1 Procedimento Administrativo nº 020/2013 (SIMP nº 000158-029/2015). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: exploração financeira a pessoa idosa. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.1.2 Procedimento Administrativo nº 114/2012 (SIMP nº 000206-029/2015). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: abuso financeiro, negligência e violência psicológica contra idosa. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.1.3 Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 11/2016 (SIMP nº 000029-004/2016). Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar a existência de prática abusiva por parte da instituição FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL – FACID, mormente no que diz respeito à cobrança de multas pelo atraso na entrega de exemplares alugados na biblioteca da

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

instituição em patamares abusivos, superando até mesmo os valores dos próprios exemplares. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Myrian Lago.

2.1.4 Procedimento Preparatório nº 60/2016 (SIMP nº 000306-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública. Assunto: A fim de apurar irregularidades na estrutura física, de pessoal e de funcionamento do Laboratório de Prótese de Nazária – PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.1.5 Notícia de Fato SIMP nº 000113-063/2016. Origem: 3ª Promotoria de Justiça no Município de Campo Maior – PI. Assunto: Multas e demais sanções. Declínio de atribuições. Promotor de Justiça: Maurício Gomes de Souza.

2.1.6 Procedimento Administrativo nº 141/2014 (SIMP nº 000096-029/2015). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: idosa em situação de risco. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.2. Processos distribuídos para o Conselheiro Antônio de Pádua Ferreira Linhares.

2.2.1 Procedimento Administrativo nº 94/2016 SIMP nº 000172-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: suposta apropriação indébita de veículo de pessoa idosa. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Costa.

2.2.2 Notícia de Fato nº 030/2015 (SIMP nº 000129-189/2015). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: Estatuto da criança e do adolescente (Lei 8.069/90 – Arts. 228 a 244-A). Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo.

2.2.3 Procedimento Preparatório nº 33/2016 (SIMP nº 000091-030/2016). Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar irregularidades na garantia constitucional à saúde, consistente no atendimento impróprio dispensando a usuário da UBS Piçarreira. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes.

2.2.4 Procedimento Preparatório nº 19/2016 (SIMP nº 000112-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública. Assunto: A fim de apurar possíveis irregularidades quanto à demora na realização de neurocirurgia no Hospital Getúlio Vargas de que necessita a paciente Urânia da Silva Barros. Promoção de Arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

2.2.5 Notícia de Fato SIMP nº 000254-063/2014. Origem: 3ª Promotoria de Justiça no Município de Campo Maior – PI. Assunto: Dever de informação. Promoção de Arquivamento. Promotor de Justiça: Maurício Gomes de Souza.

2.2.6 Procedimento Administrativo nº 042/2014 (SIMP nº 000027-063/2014). Origem: 3ª Promotoria de Justiça no Município de Campo Maior – PI. Assunto: Apurar preventivamente notícia de possível pagamento de vencimentos a particulares, supostamente no exercício do cargo de conselheiros tutelares no município de Jatobá do Piauí, sem possuírem estes mandatos de conselheiros. Promoção de Arquivamento. Promotor de Justiça: Maurício Gomes de Souza.

2.2.7 Procedimento Administrativo nº 74/2016 (SIMP nº 000129-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: impedimento de aluno frequentar a escola na ausência da acompanhante pedagógica. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.2.8 Procedimento Administrativo nº 82/2016 (SIMP nº 000153-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: recusa na matrícula de PCD na academia Physicus para a modalidade hidroginástica em razão de deficiência. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.2.9 Procedimento Administrativo nº 31/2012 (SIMP nº 000180-029/2015). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: esclarecimento sobre empréstimos consignados. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.2.10 Processo de Acompanhamento de Estágio Probatório de Membro do Ministério Público do Estado do Piauí nº 28. Promotor de Justiça Substituto: Edgar dos Santos Bandeira Filho.

2.3 Processos distribuídos para o Conselheiro Hosaías Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Martha Celina de Oliveira Nunes).

2.3.1 Procedimento Administrativo nº 80/2016 (SIMP nº 000150-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: aferição da acessibilidade no show musical denominado Aniversário de Teresiana, que será realizado na Arena Chevrolet pela Kalor Produções. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.3.2 Inquérito Civil nº 14/2013 (SIMP nº 000023-097/2015). Origem: Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato. Assunto: Apurar possíveis danos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

ambientais decorrentes da prática de queimada e desmatamento por parte do Sr. Nazareno, conhecido por “Renão”, sem a devida licença ambiental, em aproximadamente 16 hectares de área localizada na Localidade Vistosa, zona rural, deste Município de São Raimundo Nonato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Vando da Silva Marques.

2.3.3 Procedimento Preparatório nº 42/2016 (SIMP nº 000252-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública. Assunto: A fim de apurar demora na realização de cirurgia ortopédica no Hospital Getúlio Vargas – HGV. Promoção de Arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.3.4 Procedimento Preparatório nº 84/2015 (SIMP nº 000543-027/2015). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública. Assunto: Viabilizar o pagamento do benefício Tratamento Fora do Domicílio – TFD. Promoção de Arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.3.5 Procedimento Administrativo nº 47/2013 (SIMP nº 175-063/2015). Origem: 3ª Promotoria de Justiça no Município de Campo Maior/PI. Assunto: Apurar preventivamente notícia de possível inércia do INSS na fiscalização e omissão da prefeitura municipal de Sigefredo Pacheco em recolher contribuições previdenciárias de servidores públicos municipais. Declínio de atribuições. Promotor de Justiça: Maurício Gomes de Souza.

2.3.6 Procedimento Administrativo nº 87/2012 – B (SIMP nº 000106-226/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: situação de risco de adolescente. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa.

2.3.7 Inquérito Civil Público SIMP nº 000090-027/2014. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: suspensão das cirurgias realizadas pela clínica de otorrinolaringologia do Hospital Getúlio Vargas em razão da ausência de Instrumentos cirúrgicos. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.3.8 Procedimento Administrativo nº 69/2016 (SIMP nº 000123-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: ausência de acessibilidade e espaço reservado para PCD no espetáculo infantil “Frozen Para Sempre”, realizado no Teresina Shopping no dia 29/05/2016. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.4 Processos distribuídos para o Conselheiro Fernando Melo Ferro Gomes.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

2.4.1 Procedimento Administrativo nº 68/2016 (SIMP nº 000121-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: pessoa Idosa em situação de vulnerabilidade. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.4.2 Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 30/2015 (SIMP nº 000009-097/2016). Origem: Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato. Assunto: verificar os devidos licenciamentos e autorizações de funcionamento do empreendimento denominado Auto Posto DZ7 LTDA. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Vando da Silva Marques.

2.4.3 Procedimento Preparatório nº 34/2016 (SIMP nº 000169-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: viabilizar tratamento de saúde adequado à paciente. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.4.4 Procedimento Preparatório nº 66/2016 (SIMP nº 000450-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: a fim de apurar possíveis irregularidades quanto à demora na realização de cirurgia de vesícula no Hospital Infantil Lucídio Portela (HILP). Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.4.5 Procedimento Preparatório nº 14/2016 (SIMP nº 000080-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: a fim de garantir a realização de procedimento cirúrgico à paciente oncológica no Hospital São Marcos. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.4.6 Recomendação nº 29/2011 (SIMP nº 000105-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Gilbués. Assunto: recomendação para que seja instalado encanamento de água. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Vando da Silva Marques.

2.4.7 Procedimento Administrativo nº 72/2016 (SIMP nº 000131-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: negativa de matrícula a criança com deficiência. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

2.4.8 Procedimento Administrativo nº 088/2012 (SIMP nº 000237-029/2015). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: violência contra idosos. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

2.4.9 Processo de Acompanhamento de Estágio Probatório de Membro do Ministério Público do Estado do Piauí nº 26. Promotor de Justiça Substituto: Gerson Gomes Pereira.

2.5 Processos distribuídos para a Conselheira Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Clotildes Costa Carvalho).

2.5.1 Procedimento Preparatório nº 57/2015 (SIMP nº 000405-027/2015). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: a fim de viabilizar a regular dispensação do fármaco LEOPORRELINA à criança portadora de Puberdade Precoce, por meio da FMDCE. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.5.2 Procedimento Preparatório nº 006/2016 (SIMP nº 000007-004/2016). Origem: 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar possíveis irregularidades no reajuste das cobranças do Plano de Saúde GEAP – Autogestão em saúde. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Myrian Lago.

2.5.3 Procedimento Preparatório nº 9/2016 (SIMP nº 000038-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: viabilizar procedimento cirúrgico no Hospital Getúlio Vargas – HGV. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.5.4 Inquérito Civil Público nº 64/1997 (SIMP nº 000104-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: contratação de servidor sem concurso público. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Sebastião Jackson Santos Borges.

2.5.5 Procedimento Preparatório nº 22/2016 (SIMP nº 000119-027/2016). Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública. Assunto: Viabilizar exame de ressonância magnética ao paciente no Hospital Getúlio Vargas – HGV. Promoção de Arquivamento. Promotor de Justiça: Márcio Fernando Magalhães Franca.

2.5.6 Notícia de Fato SIMP nº 000231-063/2014. Origem: 3ª Promotoria de Justiça no Município de Campo Maior – PI. Assunto: Dano ao erário. Promoção de Arquivamento. Promotor de Justiça: Maurício Gomes de Souza.

2.5.7 Procedimento Administrativo nº 73/2016 (SIMP nº 000130-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: institucionalização de pessoa idosa. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

2.5.8 Procedimento Administrativo nº 86/2016 (SIMP nº 000164-029/2016). Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: suposta falta de inclusão escolar. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Marlúcia Gomes Evaristo Almeida.

3) JULGAMENTO DE PROCESSOS

3.1 Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.

3.1.1 Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 009/2016 (SIMP nº 000167-107/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público visando apurar declarações que noticia acerca da precariedade do fornecimento de energia elétrica por parte da Eletrobras Distribuição Piauí, inclusive, informando acerca da falta de equipe técnica para atender ocorrências após as 22h. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Carlos Rubem Campos Reis. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de deficiências no serviço de fornecimento de energia elétrica pela Eletrobrás. Irregularidades sanadas após recebimento da notificação ministerial. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.1.2 Inquérito Civil nº 01/2016 (SIMP nº 000074-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: apurar a existência de servidão de trânsito ou de passagem dos proprietários de imóveis do povoado Baixão do Cocos pela estrada que dá acesso ao açude Trecho Cajazeiras. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de obstrução à servidão de trânsito ou de passagem por parte de proprietário de imóvel rural. Irregularidades sanadas após recebimento da recomendação ministerial. Judicialização da matéria. Ajuizamento de Ação Civil Pública. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

Registra-se que os processos inseridos nos itens 3.1.3 a 3.1.8 foram julgados em bloco.

3.1.3 Procedimento Administrativo nº 04/2016 (SIMP nº 000079-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de existência de menores em situação de risco. Irregularidades sanadas após recebimento da notificação ministerial. Homologação judicial de acordo extrajudicial de alimentos. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

3.1.4 Procedimento Administrativo nº 09/2016 (SIMP nº 000084-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia da existência de menor em situação de risco. Irregularidades sanadas após o recebimento da notificação ministerial. Homologação judicial de acordo extrajudicial de alimentos. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.1.5 Procedimento Administrativo nº 13/2016 (SIMP nº 000088-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia da existência de menor em situação de risco. Irregularidades sanadas após recebimento da notificação ministerial. Homologação judicial de acordo extrajudicial de alimentos. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.1.6 Procedimento Administrativo nº 18/2016 (SIMP nº 000093-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Estabelecimento de pensão alimentícia em favor de criança e regulamentação de sua guarda. Acordo entre os genitores celebrado perante o Ministério Público e, depois, levado à homologação do Poder Judiciário. Matéria *sub judice*. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.1.7 Procedimento Administrativo nº 05/2015 (SIMP nº 000098-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Estabelecimento de pensão alimentícia em favor de criança. Acordo entre os genitores celebrado perante o Ministério Público e, depois, levado à homologação do Poder Judiciário. Matéria *sub judice*. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

3.1.8 Procedimento Administrativo nº 10/2015 (SIMP nº 000103-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Estabelecimento de pensão alimentícia em favor de criança e regulamentação de sua guarda. Acordo entre os genitores celebrado perante o Ministério Público e, depois, levado à homologação do Poder Judiciário. Matéria *sub judice*. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.1.9 Procedimento Administrativo nº 72/2012-B (SIMP nº 001318-089/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: situação de risco de crianças. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Leonardo Fonseca Rodrigues. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de situação de risco envolvendo crianças. Situação debelada. Assunção de responsabilidade pelos genitores com apoio de familiares. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.1.10 Procedimento Preparatório Inquérito Civil nº 003/2015 (SIMP nº 000102-107/2015). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: Procedimento Preparatório de Inquérito Civil visando à apuração de notícia acerca da precariedade do fornecimento de energia elétrica por parte da Eletrobras Piauí, no município de Oeiras. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Calos Rubem Campos Reis. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Denúncia de deficiências no serviço de fornecimento de energia elétrica pela Eletrobrás. Irregularidades sanadas após recebimento da notificação ministerial. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.2 Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.

3.2.1 Processo Preparatório nº 28/2016 (SIMP nº 000033-033/2016). Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar supostas irregularidades envolvendo os certames para ingresso no programa de pós-graduação da UESPI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Maria Ester Ferraz de Carvalho. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Apurar supostas irregularidades envolvendo os certames para o ingresso em Programa de Pós-Graduação em Química da UESPI. Termo

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

de Declaração afirmando que não houve disponibilização de espelho com resposta padrão da banca examinadora, nem de cópias das respostas dos examinados. Instituição comprovou, mediante documentação em anexo, que, em nenhum momento, se furtou de fornecer informações ao examinado. Reclamante teve acesso à documentação apresentada pela UESPI. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

Registra-se que os processos inseridos nos itens 3.2.2 a 3.2.7 foram julgados em bloco.

3.2.2 Procedimento Administrativo nº 02/2016 (SIMP nº 000077-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Resguardar os direitos de criança(s)/adolescente(s) apontado(s) em Notícia de Fato, segundo a qual seus genitores não estariam arcando com seu dever familiar. Restou frutífera a conciliação mediante Termo de Acordo referente a Pensão Alimentícia de menor levado ao Judiciário para Homologação. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.2.3 Procedimento Administrativo nº 07/2016 (SIMP nº 000082-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Resguardar os direitos de criança(s)/adolescente(s) apontado(s) em Notícia de Fato, segundo a qual seus genitores não estariam arcando com seu dever familiar. Restou frutífera a conciliação mediante Termo de Acordo referente a pensão alimentícia de menor levado ao Judiciário para homologação. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.2.4 Procedimento Administrativo nº 12/2016 (SIMP nº 000087-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Resguardar os direitos de criança(s)/adolescente(s) apontado(s) em Notícia de Fato, segundo o qual seus genitores não estariam arcando com seu dever familiar. Restou frutífera a conciliação mediante Termo de Acordo. Acordo levado ao Poder Judiciário para homologação. Desnecessidade de outras diligências. Homologação

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.2.5 Procedimento Administrativo nº 16/2016 (SIMP nº 000091-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Resguardar os direitos de criança(s)/adolescente(s) apondo(s) em Notícia de Fato, segundo a qual seus genitores não estariam arcando com seu dever familiar. Restou frutífera a conciliação mediante Termo de Acordo referente a pensão alimentícia de menor levado ao Judiciário para homologação. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.2.6 Procedimento Administrativo nº 03/2015 (SIMP nº 000096-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Resguardar os direitos de criança(s)/adolescente(s) apondo(s) em Notícia de Fato, segundo a qual seus genitores não estariam arcando com seu dever familiar. Restou frutífera a conciliação mediante Termo de Acordo referente a pensão alimentícia de menor levado ao Judiciário para homologação. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.2.7 Procedimento Administrativo nº 08/2015 (SIMP nº 000101-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Resguardar os direitos de criança(s)/adolescente(s) apondo(s) em Notícia de Fato, segundo a qual seus genitores não estariam arcando com seu dever familiar. Restou frutífera a conciliação mediante Termo de Acordo referente a pensão alimentícia de menor levado ao Judiciário para homologação. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.2.8 Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 028/2016 (SIMP nº 000197-189/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: direito do consumidor. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Emmanuelle Martins

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Neiva Dantas Rodrigues Belo. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Verificar a má prestação de serviços de telefonia pela empresa “Claro” no Município de Paulistana/PI. Requerimento oriundo da Câmara Municipal de Paulistana relatando constantes “quedas” no sinal da referida empresa. Melhoria das instalações na rede municipal que refletiram positivamente nos índices de qualidade divulgados pela ANATEL. Interrupções ocasionais em razão da ação de vândalos. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público deliberou pela inversão da pauta para julgamento do processo inserido no item 3.2.9 da pauta somente quando da chegada do Presidente.

3.2.10 Inquérito Civil Público nº 002/2015 (SIMP nº 000066-226/2016). Origem: investigar e apurar possíveis irregularidades nos devidos licenciamentos e autorizações de funcionamento do empreendimento Guerra e Gadelha Comércio e Serviços Ltda (CNPJ nº 04.164.536/0004-46), denominado Auto Posto Três Irmãos, localizado na Avenida Barão do Paraim nº 888, Bairro Centro, Município de Parnaguá/PI. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Gilvânia Alves Viana. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Apurar possíveis irregularidades nos devidos licenciamentos e autorizações de funcionamento do empreendimento Guerra e Gadelha Comércio e Serviços LTDA. O investigado, mediante Termo de Ajustamento de Conduta, firmou compromisso em regularizar as condições de seu estabelecimento. Título Executivo Extrajudicial. Presunção *iuris tantum*. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.3 Relator: Dr. Hosaías Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes).

3.3.1 Inquérito Civil Público nº 002/2016 (SIMP nº 000088-189/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: improbidade administrativa. Promoção de arquivamento. Promotora de Justiça: Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo. **Relator: Dr. Hosaías Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes).** Perquirição de suposta situação irregular de acumulação de dois cargos públicos. Comprovação de incompatibilidade de posse de cargos públicos. Pedido de servidora de exoneração de um dos cargos públicos. Comprovante de protocolo do pedido de exoneração e confirmação do ente público da desvinculação de um dos cargos. Situação regularizada. Perda do interesse na continuação do procedimento. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Egrégio Conselho Superior, por maioria, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator, vencidos o Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. Cleandro Alves de Moura, e o Conselheiro Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.

A Presidência da sessão foi transferida ao Procurador-Geral de Justiça que saudou aos presentes e agradeceu ao decano, Conselheiro Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares, por ter iniciado a sessão e aos demais, pela compreensão. Justificou o atraso em face de participação em reunião com representantes do TCE, TCU, SEFAZ para tratar de interesses mútuos com o Ministério Público. O Egrégio Conselho Superior deliberou pela suspensão do julgamento dos processos de relatoria do Conselheiro Dr. Hosáias Matos de Oliveira para julgamento do processo inserido no item 3.2.9 da pauta, de relatoria do Conselheiro Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.

3.2.9 Processo Administrativo nº 4409/2016 (GEDOC nº 000003-226/2016). Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: solicitação de abertura de editais para provimento de Promotorias de Justiça de entrância inicial. Interessados: Gabriela Almeida de Santana e outros. **Relator: Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.** Publicação de editais para provimento de cargos em Promotorias de Justiça de entrância inicial. Viabilidade de publicação dos editais. Pedido deferido. Quadro de Promotorias de Justiça vagas aprovado na 1214ª sessão do Conselho Superior do Ministério Público aponta a existência de 26 (vinte e seis) Promotorias de Justiça de entrância inicial vagas. Agregação de 36 (trinta e seis) Comarcas de entrância inicial e final pela Resolução nº 15/2016 do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Argumento dos Promotores de Justiça de que a pela Resolução CSMP nº 02/2016 ocasiona o engessamento da movimentação na carreira em face da impossibilidade de publicação de editais para abertura das Promotorias de Justiça potencialmente impactadas pela Resolução nº 15/2016 do TJ-PI tendo em vista que a quantidade de Promotores de Justiça Substitutos é muito maior que a quantidade de Promotorias de Justiça iniciais não impactadas. Promotores de Justiça Substitutos deveriam passar pelo funil das duas Promotorias de Justiça de entrância inicial não impactadas pela Resolução nº 15/2016, para alcançar e concorrer às Promotorias de Justiça intermediárias, o que demandaria anos. Provimento das Promotorias de Justiça intermédias prejudicado por prazo indeterminado, pois somente poderia participar do concurso de promoção os Promotores de Justiça de entrância inicial não afetados pela Resolução TJ-PI nº 15/2016, criando mais um obstáculo na promoção na carreira dos membros. Maioria dos postulantes possuem designação para responder por Promotorias de Justiça intermediárias acumulando respondências em Promotorias de Justiça de entrância inicial, denotando o anseio dos membros de movimentação na carreira. Acrescente-se que dentre os requerentes, 11 (onze) já possuem mais de dois anos na carreira, ou seja, já foram vitaliciados, mas ainda não foram titularizados. Apresentação de relatório final pela Comissão de Agregação propondo a agregação de Promotorias de Justiça num modelo complexo e divergente do

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Trâmite de projeto de lei perante a Assembleia Legislativa visando legitimar o Procurador-Geral de Justiça a propor ao Colégio de Procuradores de Justiça a expedição de resolução dispendo acerca da desativação provisória de Promotoria de Justiça, sua agregação o outro órgão de execução, bem como à alteração da circunscrição territorial a ela vinculada. Compromisso dos membros postulantes, caso o Conselho Superior autorize a publicação de editais de entrância inicial, a efetuar sua inscrição para as Promotorias de Justiça intermediárias logo que seus editais sejam publicados, na sequência, e sem desistência, fazendo com que as Promotorias de Justiça inicial em breve fiquem vagas, proporcionando a reestruturação necessária decorrente da agregação das Comarcas e da nova organização administrativa do Ministério Público do Estado do Piauí. Por derradeiro, ressaltada a importância de conjugar o interesse público consubstanciado no provimento de cargos em cidades do interior do Estado que atualmente encontram-se sem um Promotor de Justiça titular, melhorando a assistência à população destas comarcas, com o interesse individual dos Promotores de Justiça em progredirem em suas carreiras. Voto pelo deferimento do pedido. O Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público enfatiza o interesse da Administração Pública em prover as Promotorias Intermediárias e Iniciais, e o interesse dos Promotores de Justiça Substitutos para movimentação na carreira, de modo que, nesse momento, entende que deve ser afastado o relatório da Comissão de Agregação, que estuda os impactos da agregação do Judiciário no âmbito do MPPI. Destaca que a agregação no âmbito ministerial é bem mais complexa do que a implantada no âmbito do Poder Judiciário. Observa que a agregação afunila muito a entrância inicial e dificulta a movimentação na carreira, vez que restarão poucas Promotorias de Justiça de entrância inicial. Registra que conversou pessoalmente com a Presidente da Comissão e esclareceu o posicionamento em relação ao estudo da Comissão de Agregação. Destacou o interesse em atender a demanda dos Promotores de Justiça. Ressaltou o momento atual da gestão de estruturação das Promotorias de Justiça, propiciando a movimentação na carreira e oferecendo melhores condições de trabalho aos Promotores de Justiça requerendo, pois, a compreensão dos demais membros do Conselho Superior do Ministério Público para acolhimento da pretensão. Considera justo, necessário e imprescindível a movimentação para que o MPPI possa continuar trilhando por bons caminhos. O Dr. Hosaías Matos de Oliveira destacou a valorização dos Promotores de Justiça e de sua atuação nas Comarcas diante da falta de estrutura de funcionamento. Dr. Fernando Melo Ferro Gomes questionou eventual impedimento do Presidente para votar o presente caso. Diante da resposta negativa do Presidente, solicitou que os votos fossem colhidos. O Presidente acompanhou o votou do relator e passou a palavra ao Corregedor-Geral do Ministério Público. O Corregedor-Geral, Dr. Aristides Silva Pinheiro, votou com o relator e destacou a importância de assessores e estagiários nas Promotorias de Justiça. O Presidente do CSMP esclareceu a criação do cargo de Assessores de Promotores de Justiça. Embora nem todos os Promotores de Justiça tenham sido contemplados, já foram providos os primeiros cargos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

e se aguarda a aprovação no plenário da Assembleia Legislativa da criação de mais 69 (sessenta e nove) cargos de Assessores de Promotores de Justiça a fim de contemplar os demais que carecem de assessoramento. Dr. Fernando Melo Ferro Gomes verifica que a grande preocupação é no sentido de que todas as decisões do Conselho Superior, quando se trata de movimentação na carreira, surgem questionamentos internamente ou em nível de Conselho Nacional do Ministério Público. Porém, reconhece que o Colegiado não deve ficar temeroso em decidir. Realçou o anseio dos Promotores de Justiça Substitutos em progredir na carreira. Verificados o pressupostos legais, determinou a publicação dos editais acompanhando o voto do relator. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, deferiu o pedido de publicação de editais para provimento de cargos em Promotorias de Justiça de entrância inicial, nos termos do voto do relator.**

Em seguida, o Egrégio Conselho Superior, retomou a pauta de julgamento dos processos de relatoria do Conselheiro Dr. Hosaiás Matos de Oliveira.

3.3.2 Procedimento Administrativo nº 03/2016 (SIMP nº 000078-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Hosaiás Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes).** Direitos da criança e do adolescente, referentes à guarda, pensão alimentícia e direito de visita. Acordo firmado entre os interessados no âmbito do órgão ministerial, no qual o genitor do menor comprometeu-se a destinar parte de sua renda a título de pensão alimentícia à criança, permanecendo sua guarda com a genitora. Outrossim, ficou acertado entre os interessados que o genitor terá direito de visita livre. O *Parquet* submeteu o mencionado acordo extrajudicial ao Juízo daquela comarca para homologação, a fim de reconhecer maior efetividade à autocomposição feita entre as partes. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

Registrado o julgamento em bloco dos processos inseridos nos itens 3.3.3 a 3.3.5 e 3.3.8.

3.3.3 Procedimento Administrativo nº 17/2016 (SIMP nº 000092-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Hosaiás Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes).** Direitos da criança e do adolescente, referentes à guarda, pensão alimentícia e direito de visita. Acordo firmado entre os interessados no âmbito do órgão ministerial, no qual o genitor

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

do menor comprometeu-se a destinar parte de sua renda a título de pensão alimentícia à criança, permanecendo sua guarda com a genitora. Outrossim, ficou acertado entre os interessados que o genitor terá direito de visita livre. O *Parquet* submeteu o mencionado acordo extrajudicial ao Juízo daquela comarca para homologação, a fim de reconhecer maior efetividade à autocomposição feita entre as partes. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.3.4 Procedimento Administrativo nº 04/2015 (SIMP nº 000097-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Hosaiás Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes).** Direitos da criança e do adolescente, referentes à guarda, pensão alimentícia e direito de visita. Acordo firmado entre os interessados no âmbito do órgão ministerial, no qual o genitor dos menores comprometeu-se a destinar parte de sua renda a título de pensão alimentícia à criança, permanecendo sua guarda com a genitora. Outrossim, ficou acertado entre os interessados que o genitor terá direito de visita livre. O *Parquet* submeteu o mencionado acordo extrajudicial ao Juízo daquela comarca para homologação, a fim de reconhecer maior efetividade à autocomposição feita entre as partes. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.3.5 Procedimento Administrativo nº 09/2015 (SIMP nº 000102-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Hosaiás Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes).** Direitos da criança e do adolescente, referentes à guarda, pensão alimentícia e direito de visita. Acordo firmado entre os interessados no âmbito do órgão ministerial, no qual o genitor do menor comprometeu-se a destinar parte de sua renda a título de pensão alimentícia à criança, permanecendo sua guarda com a genitora. Outrossim, ficou acertado entre os interessados que o genitor terá direito de visita livre. O *Parquet* submeteu o mencionado acordo extrajudicial ao Juízo daquela comarca para homologação, a fim de reconhecer maior efetividade à autocomposição feita entre as partes. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

3.3.6 Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 13/2015 (SIMP nº 000045-097/2015). Origem: Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato. Assunto: apurar possíveis danos ambientais decorrentes da prática de queimada, sem a devida licença dos órgãos competentes em aproximadamente 15 (quinze) hectares de área situada na Localidade Caitetu, zona rural de São Raimundo Nonato. Promotor de Justiça: Vando da Silva Marques. **Relator: Dr. Hosaías Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes)**. Danos ambientais decorrentes de queimada sem licença ambiental na zona rural do Município de São Raimundo Nonato-PI. Celebração do Termo de Ajustamento junto à Promotoria Regional Ambiental. Atividades lesivas devidamente abarcadas no citado termo. Imposição de multa em caso de descumprimento. Reajustamento das cláusulas do TAC. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.3.7 Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 032/2016 (SIMP nº 000253-189/2016). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: atraso na remuneração de servidores públicos. Promotora de Justiça Emanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo. **Relator: Dr. Hosaías Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes)**. Apuração, junto à Promotoria de Justiça de Conceição do Paulistana-PI, de supostos atrasos na remuneração de servidores públicos municipais efetivos do município de Betânia do Piauí/PI, relatado por abaixo assinados constante nos autos. Verifica-se que o objeto instaurador do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil foi sanado. Remunerações em dia. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.3.8 Procedimento Administrativo nº 08/2016 (SIMP nº 000083-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Hosaías Matos de Oliveira (substituindo a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes)**. Direitos da criança e do adolescente, referentes à guarda, pensão alimentícia e direito de visita. Acordo firmado entre os interessados no âmbito do órgão ministerial, no qual o genitor dos menores comprometeu-se a destinar parte de sua renda a título de pensão alimentícia à criança, permanecendo sua guarda com a genitora. Outrossim, ficou acertado entre os interessados que o genitor terá direito de visita livre. O *Parquet* submeteu o mencionado acordo extrajudicial ao Juízo daquela comarca para homologação, a fim de reconhecer maior efetividade à autocomposição feita entre as partes. Desnecessidade de outras diligências. Homologação da promoção de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

arquivamento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.4 Relator: Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.

3.4.1 Procedimento Preparatório nº 082/2015 (SIMP nº 000132-030/2015). Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar irregularidades quanto à não dispensação de medicamentos essenciais relacionados na REMUNE – Oxcarbazepina 60mg/ml, Depakene (Valproato de Sódio), Rivotril (Clonazepam – pela Atenção Básica à Saúde de Teresina-PI. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Relator: Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.** Irregularidades quanto à não dispensação de medicamentos essenciais relacionados na REMUNE – Oxcarbazepina 60 mg/ml, Depakene (Valproato de Sódio), Rivotril (Clonazepam) – pela atenção básica à saúde de Teresina-PI. Após a instrução do procedimento, foi informado pela FMS a entrega dos medicamentos e atendimento pela Unidade Básica de Saúde da região da paciente. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.4.2 Inquérito Civil SIMP nº 000010-076/2015. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Piri-piri. Assunto: apurar destinação diversa dada ao transporte escolar. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Nivaldo Ribeiro. **Relator: Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.** Destinação legal dada ao transporte escolar. Confirmação de que o transporte escolar foi utilizado para transporte de alunos, de colaboradores das Unidades Escolares e da Secretaria do meio ambiente. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.4.3 Procedimento Administrativo nº 07/2015 (SIMP nº 000100-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.** Resguardados direitos individuais indisponíveis do menor, guarda e prestação alimentícia. Acordo entre as partes homologado. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

Registrado o julgamento em bloco dos processos inseridos nos itens 3.4.3 a 3.4.8.

3.4.4 Procedimento Administrativo nº 01/2016 (SIMP nº 000076-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Fernando Melo**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Ferro Gomes. Resguardados os direitos individuais indisponíveis do menor, guarda e prestação alimentícia. Acordo entre as partes homologado. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.4.5 Procedimento Administrativo nº 06/2016 (SIMP nº 000081-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.** Resguardados os direitos individuais indisponíveis do menor, guarda e prestação alimentícia. Acordo entre as partes homologado. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.4.6 Procedimento Administrativo nº 11/2016 (SIMP nº 000086-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.** Resguardados os direitos individuais indisponíveis do menor, guarda e prestação alimentícia. Acordo entre as partes homologado. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.4.7 Procedimento Administrativo nº 15/2016 (SIMP nº 00090-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.** Resguardados os direitos individuais indisponíveis dos menores, guarda e prestação alimentícia. Acordo entre as partes homologado. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

3.4.8 Procedimento Administrativo nº 02/2015 (SIMP nº 000095-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relator: Dr. Fernando Melo Ferro Gomes.** Resguardados os direitos individuais indisponíveis do menor, guarda e prestação alimentícia. Acordo entre as partes homologado. Arquivamento. Homologação. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, determinou a retirada de pauta os processos inseridos no item 3.5, em face da ausência justificada da Relatora.

3.5 Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).

3.5.1 Procedimento Preparatório nº 035/2016 (SIMP nº 000069-030/2016). Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: apurar irregularidades quanto ao atendimento de paciente na Unidade de Pronto Atendimento – UPA do Renascença. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).**

3.5.2 Notícia de Fato SIMP nº 000123-089/2014. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: Conselhos Tutelares. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Leonardo Fonseca Rodrigues. **Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).**

3.5.3 Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 02/2015 (SIMP nº 000075-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: apurar suposta irregularidade na garantia do direito constitucional à saúde, consistente na negativa de fornecimento do medicamento “Resolor”. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).**

3.5.4 Procedimento Administrativo nº 05/2016 (SIMP nº 000080-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).**

3.5.5 Procedimento Administrativo nº 10/2016 (SIMP nº 000085-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).**

3.5.6 Procedimento Administrativo nº 14/2016 (SIMP nº 000089-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).**

3.5.7 Procedimento Administrativo nº 01/2015 (SIMP nº 000094-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).**

3.5.8 Procedimento Administrativo nº 06/2015 (SIMP nº 000099-226/2016). Origem: Promotoria de Justiça de Ipiranga. Assunto: resguardar direitos de criança(s)/adolescente(s) apontada(o)(s) em notícia de fato. Promoção de arquivamento. Promotor de Justiça: Antônio César Gonçalves Barbosa. **Relatora: Dra. Teresinha de Jesus Marques (substituindo a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho).**

4) EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DO ITENS 4.1 A 4.3.:

4.1 Ofícios encaminhados pela Corregedoria Geral do Ministério Público. O Corregedor-Geral do Ministério Público apresentou os relatórios.

4.1.1 Ofício nº 1821/2016 – CGMP/PI, encaminhando relatório da Visita de Inspeção realizada no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais – CAOCRIM.

4.1.2 Ofício nº 1820/2016 – CGMP/PI, encaminhando relatório da Correição Ordinária realizada na 17ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI.

4.1.3 Ofício nº 1819/2016 – CGMP/PI, encaminhando relatório da Correição Ordinária realizada na Promotoria de Justiça de Ipiranga-PI.

4.1.4 Ofício nº 1818/2016 – CGMP/PI, encaminhando relatório da Correição Ordinária realizada na Promotoria de Justiça de Capitão de Campos-PI.

4.2 Ofícios/Memorandos comunicando instauração ou arquivamento de procedimentos/encaminhando cópias de portarias ou recomendações.

4.2.1 Ofício nº 411/2016, oriundo da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Piauí, comunicando a prorrogação do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 11/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

4.2.2 Ofício nº 419/2016-28ª PJT, oriundo da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, informando que o Inquérito Civil nº 39/2016 (SIMP nº 000085-029/2016) foi encaminhado à 45ª Promotoria de Justiça de Teresina.

4.2.3 Ofício nº 176/2016 – PJMG, oriundo da Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil, a fim de comunicar e dar publicidade às Portarias nº 015/2016 e nº 016/2016 e Recomendações nº 008/2016, nº 009/2016, nº 010/2016 e nº 011/2016.

4.2.4 Ofício nº 174/2016/PJME, oriundo da Promotoria de Justiça de Manoel Emídio, comunicando a expedição da recomendação nº 020/2016 e instauração do ICP nº 013/2016.

4.2.5 Ofício nº 215/2016/PJME, oriundo da Promotoria de Justiça de Manoel Emídio, comunicando a dos ICPs nº(s) 014, 015, 016, 017, 018, 019 e 20/2016.

4.2.6 Memorando nº 250/2016 – 12ª PJ, oriundo da 12ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando a prorrogação do prazo dos Inquérito Cíveis Públicos nº 64/2015 (SIMP nº 000140-027/2015), 19/2015 (SIMP nº 000114-027/2014) e 000108-027/2014.

4.2.7 Memorando nº 083/2016, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Paulistana, comunicando a conversão do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 012/2016 em Inquérito Civil Público.

4.3 Outros

4.3.1 E-mail oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca encaminhando cópia do despacho de Instauração do Procedimento Preparatório 01/2016.

4.3.2 E-mail oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca encaminhando cópia do despacho de prorrogação com pedido de diligência do Inquérito Civil 03/2015.

5) Como assuntos institucionais, o Presidente do Conselho Superior do Ministério Público informou sobre o trâmite de projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa, após aprovação do encaminhamento pelo Colégio de Procuradores, para criação de mais 69 (sessenta e nove) cargos de Assessores de Promotores de Justiça, gratificações de membros da Junta Recursal, Turma Recursal, Grupos de Apoio, Coordenações, GAECO. O Conselheiro Dr. Fernando Melo Ferro Gomes questionou sobre o repasse ao Ministério Público do Estado do Piauí do excesso de arrecadação. O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público prestou os esclarecimentos relativos ao excesso de arrecadação. Em seguida, destacou que as obras de adaptação do novo prédio do MPPI estão adiantadas, com possibilidade de mudança em breve.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Conselheiro Dr. Fernando Melo Ferro Gomes, designado para presidir a Comissão de Outorga, solicitou a antecipação do prazo para indicação de agraciados do dia 28 para o dia 25 de novembro, justificando o pedido em face da necessidade de prazo para análise da Comissão e apresentação na sessão ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça designada para o dia 28 de novembro. Dr. Aristides informou que pretende homenagear o Ex-Corregedores-Gerais do Ministério Público que estão em atividade. O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público convidou os presentes para inauguração da nova sede do MPPI em Bom Jesus, a qual será compartilhada com o Ministério Público do Trabalho.

Participaram da sessão a Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, Dr. Aristides Silva Pinheiro, Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Dr. Hosaías Matos de Oliveira e Dr. Fernando Melo Ferro Gomes. Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrou o presente extrato de ata, que será publicado, após a aprovação.